

Estado do Espírito Santo Procuradoria Geral

PROCESSO Nº. 141/2023

PROJETO DE LEI EXECUTIVO: № 51/2023

**AUTORIA: EXECUTIVO MUNICIPAL** 

EMENTA: "ALTERA A LEI PP 2.788/2023, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO

DA LEI ORÇAMENTARIA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2024 E DA OUTRAS

PROVIDÊNCIAS".

PARECER Nº: 225/2023

#### PARECER JURÍDICO DA PROCURADORIA GERAL

#### **RELATÓRIO:**

Trata-se o presente parecer acerca de análise de Projeto de Lei do Poder Executivo nº 050/2023 que visa alterar a Lei PP 2.788/2023, que dispõe sobre as Diretrizes para Elaboração da Lei Orçamentaria para o exercício financeiro de 2024 e da outras providências.

Instruem o pedido, no que interessa: (i) ofício; (ii) Mensagem; (iii) Minuta do Projeto de Lei nº 051/2023.

Página 1 de 7





Estado do Espírito Santo Procuradoria Geral

Em apertada síntese, o referido Projeto de Lei visa atender uma solicitação do Exmo. Presidente desta Câmara Municipal, Sr. José Maria Bergamini, feita através do OF. CONTAB N° 024/23, no sentido de que há necessidade de fazer correção no texto da LDO no que diz respeito à Câmara Municipal, visto que, apesar de ter havido uma Proposta de Emenda apresentada no Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação no Projeto, por equivoco tal Proposta não foi submetida à discussão e votação no Plenário.

Continuamente, a Lei Municipal n° 2.788/2023 que aprovou a Lei de Diretrizes Orçamentária e estabeleceu as Metas Fiscais e Prioridades para o exercício de 2024, necessita de readequação à realidade do município, com novas ações do Governo, conforme alteração proposta no art.4° da presente proposição.

Assim, torna-se imprescindível a adequação das metas e prioridades da administração pública para 2024 e 2025 objetivando proporcionar ao município, condições técnicas de encerrar o exercício financeiro dentro do equilíbrio fiscal tão preconizado pela Lei de Responsabilidade Fiscal, com previsão das metas o mais próximo da realidade do município.

É o breve relatório, segue Parecer opinativo.

MT



conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Estado do Espírito Santo Procuradoria Geral

#### **FUNDAMENTAÇÃO:**

Inicialmente, importante destacar que o exame da Procuradoria Jurídica cinge-se somente à matéria jurídica envolvida, nos termos de sua competência legal, tendo por base os documentos juntados, razão pela qual não se incursiona em discussões de ordem técnica, bem como em questões que envolvam juízo de mérito sobre o tema trazido à apreciação, cuja análise é de exclusiva responsabilidade dos setores competentes e da decisão do Plenário.

Quanto ao aspecto formal, nada obsta a tramitação do projeto, eis que utiliza a via correta para a apreciação da matéria e preenche os requisitos estabelecidos nos artigos 190, alínea b e 202 do Regimento Interno desta casa de leis.

No que se refere à competência do Município, o presente projèto versa em face do interesse local, encontrando amparo no art. 30, I da Constituição Federal, e no art. 7, inciso II, da Lei Orgânica do Município.

Portanto, nos termos da Lei Orgânica do Município de Muniz Freire, o Chefe do Poder Executivo, possui competência privativa para iniciar processo legislativo no que se refere a dispor sobre as diretrizes orçamentárias para - LDO, para o ano de 2024.

Destarte, feitas as considerações sobre a competência legislativa, não há no que se falar em vício de iniciativa e competência no referido Projeto de Lei, inexistindo óbices Constitucionais ou legais no tocante à competência e iniciativa, a Procuradoria Jurídica opina favorável pelo prosseguimento e da tramitação do Projeto de Lei em comento.

Página 3 de 7



Brasil.



Estado do Espírito Santo Procuradoria Geral

O Projeto do Executivo, como já exposto, visa à alteração da Lei nº 2.788/2023, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração da lei orçamentaria para o exercício financeiro de 2024, objetivando readequar à realidade do município, com novas ações do governo, sendo estruturado de modo a conter disposições acerca das metas e das prioridades da administração Municipal, a serem realizadas partindo-se de uma metodologia lastreada em princípios consagrados na Constituição Federal de 1988, e na Lei de Responsabilidade Fiscal, 2000.

Destacamos aqui, que a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, orienta a elaboração e execução do orçamento anual e trata de vários outros temas, como alterações tributárias, gastos com o pessoal, política fiscal, e transferências de recursos, além de estar simetricamente alinhada com o plano plurianual e os ditames da Lei Federal nº4.320/64, que institui normas gerais do Direito Financeiro e a Lei Complementar nº 101/2002, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.

Ademais, insta salientar que corroborando com a Constituição Federal, a Lei de Reponsabilidade Fiscal – LRF, que positiva e estabelece as regras gerais para as finanças públicas que se volta para a fiscalização da gestão e aplicação de valores, assim a lei de diretrizes orçamentárias atenderá o disposto no § 2º do art. 165 da Constituição Federal, que estabelece como procederá a Lei de Diretrizes Orçamentárias, devendo ser observado o que nela contém para que a lei seja aprovada por esta Casa de Leis.

No cumprimento da legislação, o Projeto de Lei em análise apresentou os devidos anexos.

Página 4 de 7





Estado do Espírito Santo Procuradoria Geral

Visualizando assim a legislação pertinente no que tange aos requisitos básicos (anexos pertinentes e demonstrativos) para que a lei seja proposta e aprovada, ficará a cargo da Comissão de Orçamento e Finanças e Tributação, haja vista ser Comissão técnica para tal análise.

Insta frisar que cabe ao Poder Legislativo a aprovação do Projeto de Lei em questão, que por certo, tal atribuição está prevista no artigo 27 da Lei Orgânica Municipal que trata de tal matéria, senão vejamos:

"Art. 27 Cabe a Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, apreciar matérias de competência do Município, especialmente sobre:

(...)

III - plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito e a dívida pública;

(...)" (Grifamos).

Após devidamente instruído pelas Comissões, na forma Regimental, o projeto deverá ser incluído na pauta para a votação plenária.

Dessa forma, resta clara e evidente que é de competência do Poder Legislativo proceder a votação relativa a Diretrizes Orçamentárias LDO, conforme preconiza a legislação vigente, bem como nos termos da Lei Orgânica do Município e Regimento Interno desta Casa, devendo ser observado à quantidade de votos para que se tenha a devida aprovação da deliberação, qual seja a de maioria absoluta dos membros da Casa de Leis.

Página 5 de 7





Estado do Espírito Santo Procuradoria Geral

No presente caso, verifica-se que o Projeto de Lei oriundo do Poder Executivo Municipal de Muniz Freire, cumpre com os requisitos básicos, dispondo da matéria exigida por lei, estando apto, após analise das Comissões, a ser submetido apreciação do Plenário, devendo, depois de aprovado, ser devolvido ao Poder Executivo para a Sanção.

Por fim, esta Procuradoria Jurídica, não sendo competente para se pronunciar sobre a parte de cunho contábil e financeiro, não detectou impedimentos incidentes sobre a propositura deste Projeto de Lei.

No mais, salientamos a importância dos Vereadores analisarem com atenção os anexos, constantes do Projeto de Lei, tendo em vista que são de suma importância para a tomada de decisão.

Seguem as orientações desta Procuradoria para análise, consideração e posteriores providências cabíveis.

Destarte, ressaltamos que, incumbe a esta Procuradoria Geral prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar nas razões e pertinência temática do projeto, motivo pelo qual o presente posicionamento contém natureza opinativa, não sendo, portanto, vinculativo à decisão da autoridade competente que poderá optar pelo acolhimento das presentes razões ou não.





Estado do Espírito Santo Procuradoria Geral

#### CONCLUSÃO:

Ante o exposto, s.m.j., não se vislumbra óbice ao pretendido, visto que o presente Projeto de Lei atende aos pressupostos constitucionais e legais, ressalvado o juízo de mérito da Administração, bem como os aspectos técnicos envolvidos, que escapam à análise dessa Procuradoria Jurídica, e pelos fundamentos apresentados, conclui-se e exara-se parecer favorável pela legalidade do Projeto, haja vista que atende à legalidade, prosseguindo-se assim ao regular processo de tramitação do Projeto de Lei Executivo 51/2023, submetendo-o para análise das Comissões Temáticas desta Casa, e posteriormente, à deliberação Plenária.

Muniz Freire, 16 de novembro de 2023.

MATHEUS DOS REIS SOBREIRA

OAB/ES 19.505

**PROCURADOR GERAL** 

JOÃO LUIZ ALBANEZ

OAB/ES 39.486

ASSESSOR DE APOIO JURÍDICO

